

Diário Oficial

ESTADO DE SÃO PAULO

Diretor-Superintendente: Wanduyck Freitas

ANO LXXXII

SÃO PAULO — SEXTA-FEIRA, 7 DE JANEIRO DE 1972

NÚMERO 5

GOVÊRNO ASSEGURA TRATAMENTO DIGNO AO MIGRANTE QUE PROCURA SÃO PAULO

A reforma total de um amplo pavilhão de dois andares, que será transformado em dormitório infantil com 600 leitos; a instalação de refeitório para as crianças e várias outras modificações constituirão, a partir deste mês, as novas etapas do programa determinado pelo governador Laudo Natel para humanizar as condições de atendimento dos 400 migrantes, aproximadamente, que todos os dias são recebidos no Departamento de Amparo e Integração Social, na

rua Visconde de Parnaíba, órgão da Secretaria da Promoção Social.

Em quatro meses o Departamento sofreu uma transformação radical: deixou de ser um "campo de concentração" — qualificação dada então àquele centro pelos próprios funcionários — para se tornar, com medidas objetivas, racionais e humanas, uma "cidade" onde hoje são totalmente amparados os grupos de famílias que abandonam seus Estados de origem em busca de novas perspectivas em São Paulo.

ção Social, ordenando a ambos que exercessem rigorosa vigilância no sentido de impedir a ação de elementos inescrupulosos. Em um mês foi feito o primeiro flagrante de tráfico de drogas e apreendidos 3 quilos de estupefaciente. Outros flagrantes foram lavrados em seguida, bem como a identificação de cerca de 270 marginais procurados pelas autoridades policiais, alguns de alta periculosidade, e que agiam naquele centro.

O estado de coisas verificado nos pavilhões — dos dormitórios aos pátios, cozinha, refeitórios e sanitários — feria profundamente o espírito e os sentimentos humanos do povo paulista, segundo o governador Laudo Natel. Imediatamente, naquela oportunidade, o che-

fe do Executivo determinou o início de um programa de reformas e de construções, visando a melhorar as condições de atendimento aos migrantes, destacando que os milhares de brasileiros — em 1971 passaram pelo DAIS cerca de 100 mil pessoas — que procuram São Paulo em busca de oportunidade de vida mais digna, não podiam ser amparados num local que não lhes oferecia nenhuma condição de assistência nem de permanência, por mais breve que fosse, até que conseguissem emprego.

AS OBRAS

Se o Estado tivesse que recuperar apenas com seus próprios recursos todos os pavilhões, máquinas e móveis abandonados no Departamento de Amparo e Integração Social, teria gasto cerca de 1 milhão de cruzeiros. O amilagre a que o governador Laudo Natel aludiu, em sua segunda inspeção, foi produto da conjugação de esforços de entidades privadas, empresas particulares e todas as Secretarias de Estado. E, além disso, da convicção dos próprios migrantes de que, participando do programa de recuperação dos abrigos com seu esforço, dedicação e trabalho, eles estariam, de certa forma, oferecendo uma retribuição, através de serviços prestados ao Estado que lhes dá amparo.

Essa conscientização, aliada aos planos do sr. Laudo Natel, modificou (Conclui na 2.ª pag.)

Operou-se no DAIS uma transformação sensível. Quando visitou o local pela primeira vez, de surpresa, em maio do ano passado, o governador Laudo Natel não pôde esconder a sua insatisfação ao verificar a promiscuidade e o estado de abandono das centenas de pessoas, a maioria crianças, que lá se achavam. Todas juntavam-se em abrigos que não lhes ofereciam nenhuma condição de higiene. Além disso, o centro era um ponto ideal para o comércio de drogas, em virtude, principalmente, da ausência de disciplina e vigilância, o que permitia que traficantes, passando por migrantes, agissem livremente, adquirindo tóxicos que entravam no setor nas malas dos migrantes, nunca revistadas.

adoção de rígidas normas disciplinadoras. Designou para diretor do DAS — Divisão de Adaptação Social, o sr. Waldemar Giurano, dos

quadros da Secretaria da Segurança Pública, e o sr. Domingos Labato para diretor do DAIS — Departamento de Amparo e Integra-

PRODUTORES BENEFICIADOS COM MODIFICAÇÕES DO ICM

No último despacho do governador Laudo Natel com o secretário da Fazenda, prof. Carlos Antônio Rocca, foram aprovados vários decretos que introduzem modificações no ICM sobre diversos produtos, em benefício de vários setores de atividade. O primeiro diz respeito à alteração das normas existentes para o uso de créditos acumulados do ICM, e vem atender reivindicação recentemente encaminhada pela FIESP.

Conforme esclarecimento do secretário Carlos Antonio Rocca, o decreto assinado pelo governador Laudo Natel, aprovando convênio celebrado entre secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal, disciplinou a utilização dos créditos acumulados do ICM em decorrência de incentivos às exportações ou da isenção para as saídas de máquinas e equipamentos.

Reunião para estudar problema da madeira

A propósito do problema surgido com a decisão do governo do Estado de Mato Grosso de proibir a saída de certas espécies de madeira em bruto, o Serviço de Imprensa do Governo do Estado de São Paulo divulgou ontem à noite a seguinte nota:

"O governo de São Paulo vem conduzindo com todo o interesse o problema, procurando a melhor solução. Entretanto, como o assunto diz respeito aos interesses de ambos os Estados e da União, assentou-se a realização de uma reunião na Guanabara, nos próximos dias, dos secretários da Fazenda de São Paulo e Mato Grosso com o ministro da Fazenda, para estudo da questão."

Nesse documento, no entanto, vedou-se a utilização de tais créditos pelos contribuintes que estivessem em débito com o Fisco Estadual e na definição dos débitos incluíram-se os saldos dos acordos para pagamento parcelado. Essa inclusão mostrou-se por demais rigorosa, impedindo o funcionamento daqueles incentivos para contribuintes que, ao pedir o parcelamento de débito, apenas se valem de um direito que a lei lhes facultara e não poderiam, portanto, ser considerados faltosos.

Reconhecendo o rigor da medida, e também, atendendo às ponderações das entidades de classe, o governador Laudo Natel, por sugestão do secretário da Fazenda, baixou ato cancelando aquela restrição.

Falando sobre a situação atual, o prof. Carlos Antonio Rocca, disse que hoje a restrição para utilização dos créditos acumulados só se aplica aos contribuintes que te-

nham débitos declarados e não pagos, ou débitos apurados pelo Fisco e já inscritos na dívida ativa.

ICM NAS RAÇOES

Outra reivindicação atendida pelo governo, desta vez de produtores e cooperativas de rações, foi a da incidência do ICM sobre esse produto.

Convênios celebrados entre os Estados da Região Centro-Sul propuseram isenção do ICM às saídas de matéria prima necessária à fabricação de ração animal, concentrados e suplementos, quando tais operações decorressem de aquisi-

ções efetuadas por fabricantes do produto. Esse incentivo gerou uma distorção, pois não foram incluídos no favor fiscal as cooperativas e os produtores agropecuários que adquiriram as matérias primas para o preparo da ração destinada ao seu plantel.

Acolhendo as reivindicações daquelas duas categorias, o secretário Carlos Antonio Rocca propôs a celebração de protocolo, no que foi acompanhado pelos Estados da Guanabara, Rio de Janeiro e Santa Catarina, estendendo aquela isenção às saídas de tais matérias primas com destino a estabelecimento de produtores agropecuários de suas cooperativas.

"Esse novo tratamento permitirá aos nossos produtores a obtenção de rações a menor custo, o que, sem dúvida, contribuirá para a baixa dos preços dos produtos granjeiros", disse o secretário.

(Conclui na 2.ª pag.)

Bônus Rotativos terão maior liquidez

A Secretaria da Fazenda renovou convênio com a Bolsa de Valores de São Paulo para colocação dos Bônus Rotativos no mercado. Esses papéis tradicionais e de grande rentabilidade passarão, também, a ter maior grau de liquidez com medidas que estão sendo tomadas pelo Governo e outras já autorizadas pela Assembléia Legislativa.

A primeira modificação com o objetivo de despertar, ainda, maior interesse pelos Bônus Rotativos foi a autorização do Legislativo para adequação das datas de vencimentos desses títulos às datas do recolhimento do ICM. Uma das vantagens da alteração é que permitirá à administração financeira grande flexibilidade na política de colocação e resgate, sem prejuízo do elevado índice de liquidez para o investidor.

Outra modificação, que deverá ainda ser introduzida, terá caráter operacional e visará facilitar as operações de transferências, resgate ou pagamento de impostos por intermédio de bônus. A alteração instituirá "certificados de bônus", o que tornará desnecessário o manuseio e transporte de grande número de títulos.

Início das obras do Centro do Trabalhador

O governador Laudo Natel informou ontem, que, na próxima sexta-feira, às 10 horas, reunir-se-á com representantes dos sindicatos paulistas, na área conhecida como Mata Paula Souza, Água Rasa, onde deverá ser construído o monumental Centro Educativo, Recreativo e Esportivo do Trabalhador. Na ocasião, o sr. Laudo Natel, acompanhado do secretário do Trabalho, sr. Ciro Albuquerque, autorizará o início das obras de terraplenagem, através da CAIC.

A área onde será erigido o Centro localiza-se entre as regiões da Mooca, Tatuapé e Água Rasa, nesta Capital, com um total de 280 mil metros quadrados.

ATENDIDOS MAIS DE 42 MIL PACIENTES NO VALE DO RIBEIRA

Mais de 42 mil pacientes do Vale do Ribeira foram atendidos em 1971 pela seção regional da Coordenadoria de Saúde da Comunidade, da Secretaria da Saúde, o que representa média superior a 115 consultas por dia. Durante esse período, segundo relatório ontem encaminhado ao governador Laudo Natel, foram aplicadas 85 mil doses de vacinas diversas e ministrados vermífugos a mais de 14 mil pessoas.

Para este exercício, contando com maiores recursos, a regional do Vale do Ribeira daquela Coordenadoria planeja intensificar o atendimento, ampliar as vacinações (incluindo a vacinação sistemática de gestantes) e promover campanhas de educação sanitária, sobretudo sobre a construção de fossas sépticas nas zonas suburbanas e rurais.

Populações dos municípios de Registro, Jacupiranga, Iguape, Cananéia, Juquiá, Miracatu, Eldorado, Sete Barras e Pariqueira-Açu foram beneficiadas com as consultas e vacinações (Sabin, antivaricelica, antitetânica, triplíce, sarampi e outras).

Quanto às consultas, a regional da Coordenadoria de Saúde da Comunidade cita que a maioria dos problemas de saúde no Vale do Ribeira ainda decorrem do baixo nível econômico da população, das precárias condições de higiene e de alimentação da maior parte das famílias.

Assinala, entretanto, as animadoras perspectivas de melhora desse quadro, em consequência das medidas adotadas a partir do ano passado, pelo atual Governo, visando à recuperação sócio-econômica da região.

ESCOLAS TÉCNICAS SOB FISCALIZAÇÃO ESTADUAL

Em reunião realizada ontem, na Secretaria da Educação, foram fixadas normas de ação conjunta entre aquela Pasta e o Ministério da Educação, para a efetivação da transferência dos estabelecimentos particulares de ensino técnico de grau médio (comercial, industrial e de serviços) da fiscalização federal para a estadual.

Além do Coordenador Erasmo de Freitas Nuzzi, que presidiu aos trabalhos, estiveram presentes, por parte do M.E.C., os Srs. Laudo de Mattos Garroux, Inspetor Regional do Ensino Comercial no Estado; Mario Guerreiro de Castro e João Batista Abbade inspetores seccionais em Bauru e Campinas, respectivamente; e inspetores Samuel Machado, Raul Cabral e Edmundo Duran. Participou também do encontro o Sr. Oliver Gomes da Cunha, Diretor Executivo do SADEC e Diretor Regional do SENAC.

Com vistas à transferência da fiscalização sem solução de continuidade e sem perturbações à vida escolar, ficou assentado na reunião de ontem:

1. Aos inspetores federais caberá a verificação e autenticação dos atos escolares relativos aos alunos concluintes dos cursos até o final do ano letivo de 1971;
2. O registro dos diplomas continuará a cargo do Ministério da Educação, nos termos da legislação federal;
3. A verificação das atuais condições de funcionamento das escolas até agora sujeitas à jurisdição federal será feita em visita conjunta de inspetores da União e do Estado, lavrando-se então a ata de transmissão;
4. O problema da validade de diplomas expedidos por escolas estrangeiras permanecerá afeto ao Ministério da Educação;
5. O Ministério, por seus órgãos competentes, encarregar-se-á igualmente da expedição de certidões referentes a escolas extintas ou fechadas, cujos arquivos permanecerão sob sua guarda.